



SEGREGAÇÃO SOCIAL E OS POVOS CIGANOS: PROPOSTA PEDAGÓGICA PARA ATENDER A DIVERSIDADE DAS COMUNIDADES CIGANAS NA EDUCAÇÃO BÁSICA DO PARANÁ.

Autora: NIQUETTI, Gilce Francisca Primak

E-mail:gilprimak@gmail.com

Orientadora: Prof.^a Ms. Cerize Nascimento Gomes

E-mail:coord.csociais@unigua.edu.br

Faculdades Guarapuava- FG -Curso de Ciências Sociais-Guarapuava /PR

Introdução

Este trabalho tem por finalidade promover o debate sobre políticas públicas educacionais para o povo cigano a partir da exposição da necessidade de um plano de alfabetização das crianças e dos jovens, propondo práticas pedagógicas para o atendimento da etnia cigana na Educação Básica, tomando-se por fundamento o registro de constantes manifestações das lideranças ciganas e das suas reivindicações junto à Secretária de Educação do Paraná (SEED).

A pesquisa etnológica sobre os povos ciganos tem como referência alguns autores clássicos, como Charles Godfrey Leland, autor da obra *Magia Cigana: Encantamentos, ervas mágicas e adivinhação*, publicado em 1891 e de outros pesquisadores de temáticas relacionadas as questões históricas e sociais que abrangem diferentes objetos de estudo como MOONEM (2011); BAÇAN (1999).

No que diz respeito ao processo histórico, pode-se observar a escassa literatura bibliográfica, bem como pesquisas acadêmicas sobre a origem, costumes e crenças ciganas, com poucos registros e fontes de pesquisa, resumindo-se, em sua maioria, nas leis de repressão e expulsão dos povos ciganos. Assim sendo, nosso trabalho de pesquisa teve início em junho de 2012 com um estudo de caso circunscrito a um grupo de ciganos itinerantes que em determinadas épocas do ano passa pela região urbana da cidade de Guarapuava (PR). Esses primeiros contatos foram realizados por meio de técnicas de pesquisa etnográfica com a metodologia de observação participante, com entrevistas e relatos que servem para expor a segregação social e espacial enfrentada pelo grupo pesquisado. Com tal estudo pretende-se e valorizar elementos da cultura cigana e reconhecer a diversidade das comunidades itinerantes, bem como sua vulnerabilidade social, estabelecendo-se parâmetros para a discussão de políticas públicas que possam promover o atendimento educacional para as crianças e adolescentes das comunidades ciganas na Educação Básica.

Desenvolvimento

Ciganos: origem e breve história

Historicamente os grupos ciganos que chegaram à Europa no século XV procediam do baixo Egito, Grécia, Chipre e regiões vizinhas. No Brasil os primeiros ciganos teriam chegado a partir de 1574 dentro do programa de degredação da metrópole portuguesa (MOONEN,2011,p.126). Conforme estudos feitos por antropólogos, existe uma diversidade étnica entre os ciganos que se dividem em três grandes grupos que são : rom ou roma, sinti ou manouch e os calon ou kalé.

Os rom ou roma são predominantes nos países balcânicos, principalmente na Romênia, falam romani, a mais conhecida das línguas ciganas, e são o grupo mais estudado pelos pesquisadores. São divididos em subgrupos: kalderash, matchuaia, curcira, horahanê entre outros. O grupo sinti também chamados de manouch, são mais numerosos na Itália, no sul da França e na Alemanha. Falam a língua sintó, que para alguns pesquisadores é uma variação do romani. Não há estudos que apontem a presença significativa desse grupo no Brasil. Os calon ou kalé são conhecidos como “ciganos ibéricos”, porque viviam na Espanha



e em Portugal antes de se espalhar pelo resto da Europa e da América do Sul. São os criadores do flamenco e os responsáveis pela popularização da figura da dançarina cigana. Falam a língua caló e pertencem ao grupo mais numeroso do Brasil. Segundo Moonem:

A diversidade linguística entre os ciganos é enorme, o que torna uma efetiva comunicação internacional entre os ciganos praticamente impossível. Mesmo a nível nacional, regional e local muitas vezes são falados vários dialetos ciganos diferentes. Não existe uma ‘língua geral’ cigana/romani. No Brasil, um Rom não entenderá o que está falando um Calon, e vice-versa. E um Calon do Sul provavelmente não entenderá seu colega Calon do Nordeste. Mas isto não é nenhum problema porque, num eventual encontro nacional, todos os ciganos falam, além de sua língua cigana (quando ainda a falam!), também o português. (MOONEM, 2011, p.136)

O conhecimento sobre os povos ciganos é pouco disseminado. Quase nada foi registrado sobre os elementos materiais da cultura popular cigana ou sobre sua História.

As comunidades ciganas são formadas por grupos heterogêneos que apresentam organizações distintas e são considerados agrafos, isto é, não possuem registros históricos com fontes documentais reduzidas aos registros feitos por leis de repressão e de expulsão que caracterizam os primeiros quatro séculos de sua passagem pela Europa. Margery Silver entende que o livro de Charles Godfrey Leland, *Magia Cigana: Encantamentos, ervas mágicas e adivinhação*, publicado em 1891 é um dos principais documentos do século XIX sobre a cultura cigana e sua passagem pelas mais diversas regiões do Velho Mundo até chegar ao continente americano. Sobre isso ela escreve:

A tese defendida por Leland – esboçada e documentada não só em sua biblioteca incomum, mas por associações pessoais íntimas de metade de uma vida em estradas abertas ou em clareiras nos campos – é que os ciganos, em extensão muito maior do que qualquer pessoa esteja consciente, tem sido, pelo menos durante uns mil anos, os vendedores andarilhos internacionais dessa permuta de lembranças, magias e medicamentos com a maioria dos camponeses do mundo, durante sua longa trilha em direção ao Ocidente, como os exilados párias da Índia, ao longo dos platôs do Afeganistão e da Pérsia, para a Síria e o Egito, e de lá, depois de uma pausa de direção desconhecida, em direção ao norte, atravessando as montanhas do Cáucaso e penetrando os Bálcans, a Grécia e eventualmente a Europa ocidental medieval, onde seu itinerário foi amplamente estendido, à força e voluntariamente, para as praias distantes do continente americano e até mesmo australiano. (SILVER, in, LELAND, 1962)

Apenas a partir dos estudos promovidos pela antropologia e pela etnologia, a partir do século XIX, foram registradas e publicadas as primeiras pesquisas sobre as origens, as crenças, os costumes e as práticas desses povos, até então temidos como ladrões de cavalos, raptos de crianças, bruxos, feiticeiros, “encantadores de olhos brilhantes e frios como a lua” (LELAND, 1962, p.33).

Segundo estudos do antropólogo Frans Moonen (2008), a primeira aparição oficial de ciganos no Brasil foi em 1574, quando a família do cigano João (de) Torres foi deportada de Portugal para a colônia:

As pesquisas até agora realizadas no Brasil provam a existência de ciganos de pelo menos dois grupos diferentes: os Calon que migraram para o país, voluntária ou compulsoriamente, já a partir do Século 16, e os Rom que, ao que tudo indica, migraram para o Brasil somente a partir de meados do Século 19.”(MONNEN, 2011).

Segundo os antropólogo Moonem dentro do grupo rom originário da Romênia há inúmeros subgrupos kalderash, ragari, horahanê, matchuia, lovarar, respeitados pela forja dos metais e mais conhecidos como vendedores de tachos na sua maioria vivem espalhados pela Europa e América. As pesquisas sugerem que, provavelmente imigraram para o Brasil no século XIX onde vivem em várias regiões.

Organizados em associações, atualmente no Brasil, os povos ciganos reivindicam direitos enquanto cidadãos brasileiros, tais como a possibilidade de realização de suas atividades culturais em espaços públicos, como forma de proteger e promover a sua identidade, juntamente com o acesso a educação de crianças e de jovens para grupos itinerantes. Apesar do tempo em que vivem no país e das lutas empreendidas nas últimas décadas, os grupos ciganos ainda continuam vivendo na invisibilidade.



1. Políticas públicas para o povo cigano no Brasil

No Brasil, o dia 24 de maio foi instituído como o Dia Nacional do Cigano conforme decreto, assinado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em 2006. Essa data tem significado um grande avanço para o povo cigano brasileiro que mesmo amparado pela Constituição Federal de 1988, como minoria étnica, e apesar de sua história caminhar par e passo com a formação do povo e da nação brasileira desde os tempos coloniais, ainda sofre preconceito e exclusão social. Segundo Moonem, foi a partir da Constituição de 1988 e da era Lula que “pela primeira vez na História do Brasil começaram a existir políticas pró-ciganas. Políticas estas que os ciganos nunca viram na prática, ou desconhecem por completo.” (MOONEM,2011,p.220)

O autor destaca que o Brasil é o único país no mundo a criar uma data específica para comemorar o dia do povo cigano. Essa inclusão no calendário oficial de comemorações demonstra a relevância do movimento das lideranças ciganas para conseguir um posicionamento semelhante ao que os povos negros e os povos indígenas aos poucos vêm conquistando. Escreve Moonem:

As Constituições Federais sempre ignoraram a existência dos ciganos. Pelas leis brasileiras de hoje, os rom, sinti e calon – “os assim chamados “ciganos” - nem sequer são considerados minorias étnicas, e como tais com direitos específicos, reconhecidos em diversas convenções internacionais, várias das quais promulgadas também no Brasil. Não existe uma legislação específica para os ciganos como existe, por exemplo, para os índios. No entanto, na Constituição Federal de 1988 existem artigos que, por extensão, dizem respeito também às minorias ciganas, entre os quais, por exemplo, os seguintes: Direito à não-discriminação: “Art.3º. Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil: (MOONEM, 2011, 205)

No que diz respeito à educação, o Moonem esclarece que há uma preocupação dos grupos ciganos em assegurar espaços sociais cada vez mais amplos para garantir as crianças e aos jovens o acesso à Educação Básica.

Se valida a importância da participação de representantes dos grupos ciganos no CONAE/2014 (Conferência Nacional da Educação), compreendendo-se que a conferência é responsável pela elaboração de um documento que define as proposições e as estratégias, indicando também as responsabilidades e as corresponsabilidades no que se refere a Educação e Diversidade. É importante também frisar que tal evento descreve formas de incentivar e apoiar financeiramente pesquisas de populações itinerantes, o que pode fomentar a alfabetização de crianças ciganas, a disseminação do uso da língua materna e fazer com que aos poucos os povos ciganos saiam da invisibilidade e conquistem espaços no cenário educacional brasileiro. Ao mesmo tempo, salienta-se que é a organização e a participação desses grupos e de seus representantes que podem incluir políticas culturais voltadas para a diversidade da população cigana.

Sobre essa organização, para garantir o direito à educação dos povos ciganos estaduais, ocorreu no dia 23 de setembro de 2011, o I Encontro de Lideranças Ciganas do Paraná, organizado pela Secretaria de Estado da Educação (SEED) e a Associação de Preservação da Cultura Cigana (APRECI). Os estudos indicam que desde então são realizados encontros para discutir políticas públicas para educação dos povos ciganos em nível estadual e que existe um encaminhamento nesse sentido, com apoio dos organismos estaduais.

O assunto principal desses eventos é a elaboração de um projeto de ensino a distância, por meio do qual, inicialmente se pretende que a rede estadual de ensino vá até o local de moradia desses povos para oferecer um programa específico de educação básica às crianças e aos jovens. Ao mesmo tempo são realizados esforços para que as escolas tenham em seu Projeto Político Pedagógico um plano para atender as crianças ciganas principalmente nas rotas dos ciganos itinerantes ou em acampamentos fixos. Outro aspecto é que os grupos defendem a garantia de educação diferenciada para as crianças, respeitando suas crenças, costumes e tradições. Além disso, reivindica-se que as crianças e os



adolescentes sejam matriculadas em, no máximo, 24 horas nas redes públicas estaduais e municipais, sempre que chegarem em uma nova cidade.

Moonem compreende que a definição dessas políticas por si só não resolverão todos os problemas enfrentados pelos ciganos, é porém um passo importante, para que esses povos possam protagonizar seu destino:

O problema educacional cigano não está resolvido apenas com a matrícula das crianças ciganas em escolas públicas ou particulares, ou seja, não está resolvido garantindo-se aos ciganos somente o direito à educação, embora isto já seja uma grande conquista. Para garantir o direito a uma educação cigana, inúmeros outros problemas terão de ser discutidos e, na medida do possível, resolvidos. E para isto será necessária a colaboração de todos os interessados e entendidos na problemática cigana, e principalmente dos ciganos, que deverão ser os protagonistas do seu próprio destino. (MOONEM. 2011, p.33)

A pesquisa feita sobre as políticas públicas para a educação das crianças e dos jovens de etnia cigana em nível estadual evidencia que existe um comprometimento da Superintendência da Educação e da Diretoria de Políticas e Programas Educacionais, que desde 2006 estão trabalhando com a coordenação de desafios educacionais contemporâneos, procurando integrar povos negros, indígenas e ciganos, conforme pode ser comprovado com o estudo dos cadernos temáticos publicados pela Secretaria de Estado da Educação (SEED) denominados Educando para as Relações Étnico Raciais, que integram os Cadernos Temáticos dos Desafios Contemporâneos.

3- Pesquisa de campo

A pesquisa em desenvolvimento mostra que em Guarapuava no Paraná os povos ciganos ainda enfrentam vários problemas para montar acampamento devido as dificuldades relativas a autorização de terreno pela prefeitura e de saneamento básico, bem como problemas de ligação de energia elétrica para tais acampamentos.

A delimitação do estudo que vem sendo feito desde o ano 2011, concentra-se junto ao grupo de ciganos que se auto identifica Horahanê e pretende expor os problemas sociais enfrentados por esse grupo que se compõe de mais ou menos 16 famílias, e que periodicamente fixa acampamento na cidade de Guarapuava. Algumas dessas famílias têm residência fixa em cidades outras do Paraná e viajam por questões culturais e socioeconômica.

Historicamente, os povos nômades e principalmente os ciganos sempre foram mal vistos, pois desde o início da formação do Estado Moderno ficou determinado que quem não tivesse um endereço fixo e um estado de origem seria colocado a margem da sociedade, isto é excluído e sem proteção das leis, perseguidos e até mesmo discriminados. Desse modo, os povos ciganos que fazem dos acampamentos uma condição vital para a manutenção da sua cultura e a preservação de suas tradições tornaram-se alvo de preconceitos e foram socialmente estigmatizados. Sobre essa temática das fixações itinerantes Bauman relata que:

Fixar-se ao solo não é tão importante se o solo pode alcançado e abandonado à vontade, imediatamente ou em pouquíssimo tempo. Por outro lado, fixar-se muito fortemente, sobrecarregando os laços com compromissos mutuamente vinculantes, pode ser positivamente prejudicial, dadas as novas oportunidades que surgem em outros lugares. (BAUMAN,2001,p.21)

Quanto aos acampamentos em Guarapuava, observou-se que a organização se dá em pequenos e grandes grupos com famílias extensas com costumes e dialetos próprios da língua romani. As crianças aprendem a língua com os adultos, não frequentam escolas e são alfabetizadas pelos pais ou professores não ciganos contratados para ministrar aulas no acampamento. Assim a instituição familiar é preservada e a educação ocorre para manter a cultura e a tradição. A família conta com papéis definidos para homem e mulher e as crianças são educadas para manter a cultura de sua etnia. Dessa maneira a mulher é responsável pela preservação da tradição de seu clã, enquanto os homens são os provedores e cuidam do desenvolvimento econômico. Os idosos são respeitados pela experiência de vida e pela espiritualidade e são valorizados e tratados com dignidade.

O grupo pesquisado relatou o preconceito e discriminação que sofrem pelos não ciganos e pelo descaso que recebem das autoridades pelos lugares onde passam. Todos os



entrevistados, mulheres e homens - crianças, jovens, adultos e idosos - reconhecem que sofrem o estigma da marginalização e quase sempre são tachados de ladrões e vagabundos.

Sobre a discriminação do povo cigano e a luta contra o que chama de anticiganismo, Moonem argumenta que:

Na luta contra o anticiganismo existe um enorme campo de trabalho ainda inexplorado por cientistas das mais diversas áreas. Inclusive no Brasil. Porque a ciganologia brasileira está apenas dando seus primeiros passos e ainda pouco ou nada tem contribuído para diminuir a ignorância dos brasileiros sobre seus conterrâneos ciganos, e assim diminui também os preconceitos e a discriminação anticigana. No Brasil, a nossa ignorância ainda é enorme (MOONEM, 2011, p.220).

Além de Moonem, tais práticas de discriminação são bastante enfatizadas por autores como BAÇAN (1999), na obra *Ciganos, os filhos do vento*; BENTO (2005) em *Cidadania em Preto e Branco*; BORGES, MEDEIROS e ADESKY (2009) na obra *Racismo, preconceito e intolerância*, cujas referências recomendamos aos interessados nessa temática.

4. Proposta pedagógica para crianças e jovens das etnias ciganas

A escola pública, no seu cotidiano, é permeada pela diversidade social, econômica e cultural, formando assim, grupos heterogêneos, cuja aprendizagem é influenciada oferecendo desafios para o trabalho do professor do Ensino Fundamental e Médio. Observa-se que nesse cenário, nas primeiras décadas do século XXI, a Educação das Relações Étnico-Raciais tem se colocado como um grande desafio para os educadores e a sociedade. Ao mesmo tempo essas discussões fomentam o processo de implementação de uma lei que assegure aos povos ciganos os mesmos benefícios que a Lei 10.639/03 e a Lei 11.645/2008 disponibilizam para os povos indígenas e afro brasileiros no espaço escolar.

A pesquisa que vem sendo feita sugere que é imprescindível a definição de diretrizes e de resolução do Conselho Nacional da Educação (CNE), políticas essas que somadas as lutas empreendidas pelos povos ciganos devem determinar a obrigatoriedade do ensino de História e cultura cigana nas escolas da rede pública e particular de ensino. Com tal finalidade, esses debates constituirão de forma autônoma um grupo de discussão, de reflexão, de estudo sobre a cultura cigana. Da mesma forma necessita-se de uma deliberação que venha de encontro à implementação de grupos de estudos no ambiente escolar com certificação para profissionais da educação.

Com tais políticas em fase de encaminhamento, percebe-se que é fundamental a constituição de estudos que permitam desconstruir as imagens, atitudes e estereótipos instituídos em relação à história e à cultura da etnia cigana, em especial no que diz respeito aos estereótipos de ladrões, vagabundos e marginais. Busca-se, desse modo, por meio da pesquisa a qualificação das relações étnico-raciais na escola, de maneira a combater o preconceito e qualquer forma de discriminação. Nesse sentido, refere-se Borges:

Nesta parte nos debruçaremos sobre alguns conceitos que estão na base de inúmeros conflitos que estão na base de inúmeros conflitos que permeiam desde tempos imemoriais a história da humanidade. São eles: racismo, intolerância, xenofobia, pre-conceito, estereótipo, etnocentrismo e antisemitismo. Tais conceitos, embora tenham traços em comum, não são iguais, e é importante que saibamos distingui-los com clareza para não cairmos em suas perigosas armadilhas. (BORGES, 2009, p.42)

Assim sendo, faz-se necessário a compreensão e a divulgação dos processos históricos que incluem os povos ciganos e sua rica contribuição na formação do povo e da nação brasileira. Para tanto é preciso a elaboração de material didático-pedagógico e de acervo bibliográfico para a biblioteca do professor, com organização de eventos específicos para a comunidade escolar.

Entende-se também que os programas de formação continuada são relevantes para a implementação dessas políticas e que podem ser utilizados como parte das estratégias a serem definidas pelas secretarias estaduais de educação. Frisa-se que a história e a diversidade dos povos e da cultura cigana exigem fundamentação teórica específica por parte das equipes multidisciplinares e sugere-se o formato de oficina para repassar para os



demais profissionais da educação as informações sobre essa temática durante os cursos de capacitação e reuniões pedagógicas dos professores. A Secretaria do Estado da Educação-SEED regulamenta através da Resolução N°.3399 / 2010

que as Equipes Multidisciplinares são instâncias de organização do trabalho escolar, preferencialmente coordenadas pela equipe pedagógica, e instituídas por Instrução da SUED/SEED, de acordo com o disposto no art. 8º da Deliberação nº 04/06 – CEE/PR, com a finalidade de orientar e auxiliar o desenvolvimento das ações relativas à Educação das Relações Étnico-Raciais (,SEED Resolução N°.3399 / 2010,SEED/PR)

A consolidação dessas práticas pedagógicas, requer a produção de materiais alternativos pelos professores das diversas disciplinas, para que orientem sua prática no processo educativo . Santana afirma que:

Com isso, podemos afirmar que o professor bem formado e realmente interessado nas mudanças sociais do nosso país pode fazer a diferença na educação brasileira. Esse profissional pode transmitir aos alunos de hoje o que aconteceu no passado, abordando todo o processo histórico de formação da identidade brasileira, com suas diferentes contribuições étnicas.(SANTANA,2009,p.62)

Com tais objetivos, será preciso criar um instrumento para fazer levantamento de dados socioeconômicos e cultural dos alunos ciganos, assim traçar um perfil dos alunos atendidos, bem como propor um atendimento com especificidade no currículo com a finalidade de proporcionar um processo educativo com qualidade ao aluno de etnia cigana, é mister ainda que no ato da transferência haja um documento que relate a aprendizagem do discente com um parecer descritivo. Segundo Santana. “A escola precisa ter consciência da diversidade cultural e étnica de nossa sociedade. Uma escola consciente respeita e observa os direitos dos seus alunos”.(SANTANA,2009,p.62)

Assim sendo, ao implementar um processo educativo, com o devido reconhecimento e a valorização da construção da identidade, da cultura e da história da etnicidade dos povos ciganos brasileiros, bem como na constituição de atitudes que corroborem na construção de uma identidade étnico-racial positiva, que valorize a presença e a influência da cultura cigana na sociedade brasileira, torna-se necessário a ampliação de estudos e de produção científica sobre essa temática.

Para que as políticas aqui apresentadas sejam consolidadas, imprescindível a continuidade do trabalho de acompanhamento dessas novas práticas pedagógicas durante todo o ano letivo, pois não adianta apenas garantir a matrícula dessas crianças e desses jovens sem uma proposta pedagógica com especificidade para garantir que aconteça o processo de ensino-aprendizagem. Ao contemplar politicamente os povos ciganos, evidencia-se que sua inserção e sua visibilidade não ocorrerão apenas em datas comemorativas e em eventos culturais específicos, mas que essa identidade deve ser fruto da produção de conhecimento e da construção da cidadania. Promover a semana cultural, durante o mês de setembro e dissertar sobre as contribuições dos grupos ciganos para a sociedade brasileira, devem ser os passos iniciais de um projeto político para fomentar sobre o pluralismo racial e cultural em nosso país.

Dessa forma, observa-se a necessidade de aprofundar o embasamento teórico na construção de uma proposta curricular e de um projeto político pedagógico, que juntamente com planos de trabalho docentes possam contemplar não só o papel burocrático, mas evidenciar o planejamento e as ações que consolidarão tais políticas. Segundo Gasparin (2009,p.51) “Esse é o momento do saber fazer docente-discente, em sala de aula, evidenciando que o estudo dos conteúdos propostos está em função das respostas a serem dadas às questões da prática social.” A elaboração e a organização desse trabalho pedagógico exigem momentos de reflexão mais aprofundados sobre as questões elencadas; promoção de diálogo permanente entre as secretarias estaduais e municipais; envolvimento das lideranças ciganas e da comunidade acadêmica e por fim o acompanhamento desse trabalho e dessa troca de experiências pela sociedade de modo geral.

Conclusões



Apesar das contribuições históricas, culturais, econômicas e sociais que os povos ciganos ofereceram para a formação do povo e da nação brasileira, esses grupos que chegaram ao Brasil ainda na época da colonização, permanecem invisíveis e marginalizados socialmente. Em grande maioria, esses grupos permanecem nômades ou seminômades e organizam-se para a conquista de espaços apropriados para acampamentos nas mais diversas cidades brasileiras. Quando chegam aos espaços urbanos costumam permanecer em terrenos na periferia, em condições subumanas sem saneamento ou energia elétrica.

As primeiras décadas do século XXI demonstram que no Paraná existe a organização dos povos ciganos com a formação de uma associação que busca assegurar direitos básicos como os de acesso à educação básica para crianças e jovens dos grupos itinerantes, bem como a inclusão de conteúdos de história e cultura cigana nos currículos escolares. Exigem também a realização de atividades culturais em espaços públicos, como forma de proteger e promover a própria identidade. Entre as reivindicações está também a de expedição da certidão de nascimento uma vez que por serem nômades ou seminômades e não comprovar domicílio não possuem acesso aos mais básicos direitos do cidadão.

O objeto de estudo dessa pesquisa, que é a definição de uma proposta pedagógica para as crianças e os jovens, tem como finalidade o aprimoramento do desempenho escolar, através de ações que interfiram na organização escolar de modo que o processo de ensino-aprendizagem seja efetivado, e que a escola pública tenha subsídios e fundamentação teórica para cumprir com a sua função social. Diante dos pressupostos estabelecidos, evidencia-se que para a promoção do desenvolvimento humano sustentável por meio da educação, a prioridade é o estabelecimento de políticas públicas educacionais e de um conjunto de ações que possibilitem o exercício da cidadania para o povo cigano.

A partir dos estudos feitos, conclui-se que ainda estamos longe de compreender as práticas, os costumes, a vida e a importância dos povos ciganos, assim como o alcance de suas contribuições para a história cultural da humanidade. Mesmo assim, é bom saber que já estamos no caminho das primeiras abordagens étnicas e das primeiras políticas para os povos ciganos, conscientes de que tais estudos e tais políticas são vitais para a preservação de sua memória que permanece envolta em estranhamento, invisibilidade e marginalização acadêmica e social.

Referências

- BAÇAN, L. P. **Ciganos, Os filhos do vento**. São Paulo: Ed. A casa do Mago das Letras, 1999.
- BAUMAN, ZIGMUNT, 1925. **Modernidade líquida**. trad. Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- BENTO, M.A.S. **Cidadania em Preto e Branco**, 3ª ed. Editora Ática, 2005.
- BORGES, E. ; MEDEIROS C. ; ADESKY J. **Racismo, preconceito e intolerância**. 7ª ed. São Paulo: Atual, 2009.
- GASPARIN, J.L. **Uma didática para a pedagogia histórico crítica**. 5ª Ed. Campinas São Paulo. Autores associados, 2009.
- LELAND, Charles Godfrey. **Magia cigana: encantamentos**, Ervas Mágicas e Adivinhação. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1962.
- SANTANA, GISELE DOS SANTOS. Multiculturalismo: educação e miscigenação. In: FELDEMAN, MARINA GRAZIELA (Org.) **Formação de professores e escola na contemporaneidade** São Paulo: editora Senac São Paulo, 2009.
- SILVER, Margery. Introdução. In. **Magia cigana: encantamentos**, Ervas Mágicas e Adivinhação. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1962.
- MOONEM, FRANS. **Anticiganismo os ciganos na Europa e no Brasil**. 3ª edição digital revista e atualizada Recife. 2011.

_____. **Ciganos Calon no sertão da Paraíba**. João Pessoa: UFPB, 1994.

Disponível: <http://www.dhnet.org.br/direitos/sos/ciganos/a_pdf/1_fmanticiganismo2011.pdf>
.Acessado em: 20. out. 2011.



Secretaria do Estado da Educação-SEED/PR regulamenta através da Resolução N°.3399 / 2010. regulamentar a composição e o funcionamento das Equipes Multidisciplinares no âmbito da Secretaria de Estado da Educação do Paraná (SEED); 05 de agosto 2010. Disponível em <http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/index.php> acessado em 10/11/2010.

Superintendência da educação. Diretoria de Políticas e Programas educacionais. Coordenação de desafios Educacionais Contemporâneos. **Educando para as relações étnico raciais II** ,(Cadernos Temáticos dos Desafios Contemporâneos,5) - Curitiba: SEED. PR. 2008.